



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Apoio Especializado
Especialidade Contabilidade

Prova Cargo ME05, Tipo 1
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Português Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

Riscos da advocacia invadida

Tanto quanto se saiba, a polícia tem praticado entradas forçosas em escritórios de advocacia, apreendido papéis e praticado outras violências. A versão oficial diz que as chamadas invasões não existem, pois se trata de ingressos autorizados por ordem judicial para fins determinados, relativos a investigações na apuração de responsabilidades graves.

A regra essencial a esse respeito é, porém, a da inviolabilidade do escritório do advogado. Sou advogado, além de jornalista e, portanto, parte interessada. Por isso, limitarei as anotações cabíveis estritamente aos campos da Constituição e da lei vigente, sem qualquer extrapolação. Começemos pelo inciso 6 do artigo 5º da Carta Magna, o qual afirma ser “livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. A advocacia exige qualificações específicas, na Carta Magna e na Lei nº 8.906/94, consistentes no diploma do bacharel em ciências jurídicas, no registro profissional na Ordem dos Advogados, depois da aprovação no Exame da Ordem.

Não é possível o exercício da profissão advocatícia se o cliente não tiver confiança absoluta em que as informações e os documentos passados a seu advogado sejam invioláveis. Nem será possível se o advogado puder ser constrangido a informar fatos relativos a seu cliente.

O sigilo do médico e o do sacerdote têm força igual à do sigilo do advogado. Daí dizer a Lei nº 8.906/94, no inciso 19 do artigo 7º, ser direito deste profissional recusar-se a depor como testemunha, mesmo quando autorizado pelo constituinte, bem como sobre fato que constitua sigilo profissional. Se não pode depor, mesmo em juízo, imagine-se a gravidade de ver apreendido, em seu escritório, documento que implique em responsabilidade de seu cliente.

Tem havido, porém, escritórios que aceitam ser sede de empresas de seus clientes, designando locais, em seu espaço interno, para esse efeito. Em outros casos, o advogado é diretor de empresa, não se encontrando no exercício da profissão. São alternativas diversas das que tipificam a atividade profissional, não garantidas pela Constituição e pelas leis, quanto à inviolabilidade. Fora daí, invadir o escritório e apreender documentos físicos ou eletrônicos é abuso de direito, que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem considerado geradora de prova ilícita.

(Walter Ceneviva, **Folha de S. Paulo**, 07/05/2005)

1. O autor do texto manifesta-se contra práticas policiais
 - (A) a que falta o respaldo básico de uma ordem judicial explícita.
 - (B) de respaldo ético indiscutível, já que amparadas por determinação judicial.
 - (C) que ferem direito garantido, inerente a toda prática profissional.
 - (D) em que há abuso da autoridade e extrapolação de uma ordem judicial.
 - (E) em que se ignora direito já reconhecido pela jurisprudência.

2. Considere as seguintes afirmações:
 - I. Quanto à sua inviolabilidade, o direito ao sigilo de médicos e de sacerdotes é garantido no inciso 19 do artigo 7º da Lei nº 8.906/94 e deveria, segundo o autor, ser estendido à prática advocatícia.
 - II. Para provar sua imparcialidade no tratamento da questão central de seu texto, o autor recusa-se a se valer de argumentos próprios à sua qualificação profissional.
 - III. Segundo o autor, a garantia de inviolabilidade do escritório de advocacia deixa de existir quando seu espaço for utilizado para o exercício de atividades outras.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) II e III.
- (C) II.
- (D) I e II.
- (E) I.

3. No segundo parágrafo, lê-se: Por isso, limitarei as anotações cabíveis estritamente aos campos da Constituição e da lei vigente, sem qualquer extrapolação.

Deve-se entender que a expressão sublinhada na frase remete diretamente a uma informação já explicitada no contexto:

- (A) a versão oficial nega as entradas forçosas.
- (B) o autor se declara parte interessada na questão de que trata.
- (C) o autor está em pleno exercício de seu ofício de jornalista.
- (D) a advocacia exige sempre qualificações específicas.
- (E) os dispositivos legais já citados são inequívocos.

<p>4. A frase em que a palavra sublinhada está empregada com o mesmo sentido com que se apresenta no texto é:</p> <p>(A) São providências duras mas <u>forçosas</u>, imprescindíveis neste momento.</p> <p>(B) Seria bom se reservássemos os <u>ingressos</u>, pois o solista goza de grande prestígio junto ao público.</p> <p>(C) Ele se valeu de razões <u>consistentes</u> e derrubou a frágil proposta da oposição.</p> <p>(D) Mostrou-se <u>constrangido</u> com o deslize que cometeu durante a sessão solene de posse do novo magistrado.</p> <p>(E) Nosso <u>constituente</u> está prestes a buscar outros advogados, caso não escolhamos outra estratégia de defesa.</p>	<p>7. Transpondo-se para a voz passiva a frase</p> <p>(A) (...) <i>alternativas diversas das que tipificam a atividade profissional</i>, a forma verbal resultante será são tipificadas.</p> <p>(B) (...) <i>a polícia tem praticado entradas forçosas em escritórios de advocacia</i>, a forma verbal resultante será foram praticadas.</p> <p>(C) (...) <i>a polícia tem apreendido papéis</i>, a forma verbal resultante será têm sido apreendidos.</p> <p>(D) <i>A advocacia exige qualificações específicas</i>, a forma verbal resultante será têm sido exigidas.</p> <p>(E) (...) <i>limitarei as anotações cabíveis aos campos da Constituição e da lei vigente</i>, a forma verbal resultante será terei limitado.</p>
<p>5. <i>Não é possível o exercício da advocacia se o cliente <u>não tiver confiança em que as informações passadas a seu advogado sejam invioláveis</u>.</i></p> <p>A frase continuará formalmente correta caso se substituam as expressões sublinhadas, respectivamente, por:</p> <p>(A) alimentar a desconfiança em que – compartilhadas de seu</p> <p>(B) presumir de que – confiadas ao seu</p> <p>(C) suspeitar de cujas – confidenciadas com seu</p> <p>(D) não supuser que – reveladas a seu</p> <p>(E) não confiar de que – transmitidas a seu</p>	<p>8. É possível alterar uma expressão do texto sem qualquer prejuízo para seu sentido e sua correção. Isto ocorre em</p> <p>(A) apreender documentos.</p> <p>(B) implique responsabilidade.</p> <p>(C) pois se tratam de ingressos autorizados.</p> <p>(D) atendidas às qualificações profissionais.</p> <p>(E) constrangê-lo ao informar.</p>
<p>6. As normas de concordância estão inteiramente respeitadas na frase:</p> <p>(A) Configura-se nas freqüentes invasões dos escritórios de advocacia o desrespeito a prerrogativas constitucionais.</p> <p>(B) Não cabem às autoridades policiais valer-se de ordens superiores para justificar a violência dessas invasões.</p> <p>(C) Submetido com freqüência a esse tipo de constrangimento, os advogados se vêm forçados a revelar informações confidenciais de seus clientes.</p> <p>(D) Tem ocorrido, de uns tempos para cá, inúmeras entradas forçosas da polícia em escritórios de advocacia.</p> <p>(E) Se não lhes convém cumprir determinadas medidas, cabe aos advogados recorrer às instâncias superiores da justiça.</p>	<p>9. <i>Não é possível o exercício da profissão advocatícia se o cliente <u>não tiver confiança absoluta em que as informações e os documentos passados a seu advogado sejam invioláveis</u>.</i></p> <p>Permanecerá correta a articulação entre os tempos e os modos verbais da frase acima caso se substituam as formas sublinhadas, respectivamente, por:</p> <p>(A) seria possível – não tenha – são</p> <p>(B) será possível – não ter – serão</p> <p>(C) teria sido possível – não tenha – são</p> <p>(D) seria possível – não tivesse – fossem</p> <p>(E) será possível – não teria – sejam</p>

<p>10. Está inteiramente clara e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Segundo a versão oficial, as entradas forçosas da polícia em escritórios de advocacia não constituem abuso de autoridade, uma vez que são determinadas por ordem judicial.</p> <p>(B) Os escritórios de advogado aonde funcionam sedes de empresas, não configuram um caso de sigilo profissional, uma vez que se prestam ao exercício de uma função estranha à sua finalidade.</p> <p>(C) Havendo constrangimento do advogado ao informar fatos que só dizem respeito aos seus clientes, traíndo sua confiança, fica impossível exercerem a profissão que lhes compete.</p> <p>(D) A menos que seja previsto como um caso de exercício diverso da advocacia, as situações regulares dos escritórios de advogados impõem o respeito ao direito de sigilo.</p> <p>(E) Note-se que na jurisprudência, do âmbito do Supremo Tribunal Federal, tem sido resguardado o sigilo na apreensão de documentos, entendida como fragilante abuso de autoridade.</p>	<p>13. Quanto à necessidade ou não do sinal de crase, está inteiramente correto o que se lê em:</p> <p>(A) Esse grande físico não pertenceu àquele grupo de cientistas que se mantinham a margem das contingências, desatentos ao mundo à sua volta.</p> <p>(B) Einstein não se limitou à escrever textos científicos; lançou-se à roda dos grandes debates políticos internacionais, à cuja órbita se prendiam as decisões cruciais do pós-guerra.</p> <p>(C) O cerceamento à liberdade, nos regimes totalitários, leva a indignação coletiva às alturas quando os que mais têm a dizer são intimados a calar-se.</p> <p>(D) Não cabe à qualquer pessoa levar a cabo uma experiência científica, mas à toda gente cabe decidir sobre o emprego que se dará às novas ferramentas da ciência.</p> <p>(E) Com os nervos à flor da pele, assistimos na TV à uma cena em que um homem rude, promovido a condição de milagreiro, dava início a tão anunciada intervenção cirúrgica.</p>
<p>11. Considere as seguintes frases:</p> <p>I. Tenho sempre saudades dos tios, que tanto fizeram por mim.</p> <p>II. Ela me passou as informações, apenas, necessárias para a inscrição no concurso.</p> <p>III. Durante o dia todo, ela ficou se lastimando por não haver cumprido a promessa.</p> <p>A supressão de vírgula(s) altera o sentido do que está em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I e II, somente.</p> <p>(C) I e III, somente.</p> <p>(D) II e III, somente.</p> <p>(E) II, somente.</p>	<p>14. Atente para as seguintes frases:</p> <p>I. Retirei da biblioteca um romance de sucesso.</p> <p>II. A leitura do romance não me empolgou.</p> <p>III. Ao devolvê-lo, comentei minha impressão com a bibliotecária.</p> <p>As frases acima estão articuladas de modo claro, coerente e correto no seguinte período:</p> <p>(A) A leitura do romance de sucesso que retirei da biblioteca não me empolgou, conforme a impressão que comentei ao devolvê-lo com a bibliotecária.</p> <p>(B) Ao devolver à biblioteca o romance de sucesso retirado, comentei com a bibliotecária minha impressão de leitura, em cuja não conseguira me empolgar.</p> <p>(C) Não me empolgou a leitura do romance de sucesso que retirara da biblioteca, e ao devolvê-lo comentei com a bibliotecária essa minha impressão.</p> <p>(D) Comentei com a bibliotecária, quando o devolvi, a impressão de que não me empolgaria a leitura daquele romance de sucesso, que retirei na biblioteca.</p> <p>(E) Apesar de ter retirado na biblioteca o romance de sucesso, em cuja leitura não me empolguei, acabei por comentar tal impressão com a bibliotecária quando o devolvera.</p>
<p>12. A frase em que NÃO há ambigüidade de sentido é:</p> <p>(A) Esse é o tipo de técnico de um time que ninguém deseja que se torne campeão.</p> <p>(B) Ele é o autor de romance que faz enorme sucesso junto ao público feminino.</p> <p>(C) A razão que ela me deu para ingressar em sua associação só me fez desconfiar ainda mais dela.</p> <p>(D) Gostaria que você consultasse sua mãe, antes de ceder sua chácara por ocasião da nossa formatura.</p> <p>(E) Quando ela me entregou a carta, percebi logo que as notícias não deviam ser as mais alvissareiras.</p>	<p>15. É injustificável a forma plural do verbo haver no caso da seguinte frase:</p> <p>(A) Não haveriam, meios de alcançar o sucesso de nossas expedições, caso uma empresa não se dispusesse a patrociná-las.</p> <p>(B) Mais livros houvessem sido doados, mais leitores se beneficiariam da nova biblioteca.</p> <p>(C) Que haverão eles cometido, para despertarem tantos ressentimentos entre os colegas?</p> <p>(D) Que haveriam de trazer àquela gente simples da aldeia os aventureiros que chegavam com novos hábitos?</p> <p>(E) Não imagino a quem haveriam de agradecer os meninos pelo equipamento esportivo que receberam.</p>

Atenção: As questões de números 16 a 20 referem-se ao texto que segue.

Um meio-elogio à meia-idade

Parece que se foi o tempo em que ancião significava experiência, que o sábio da tribo era um velho, que o idoso era ouvido pelos jovens e que a literatura fazia o elogio da velhice, como fez o sessentão Cícero, 44 anos antes de Cristo, em **De senectute**. Hoje, o novo **De senectute**, de Norberto Bobbio, é um belíssimo livro, mas triste e pessimista. “Quem louva a velhice não a viu de perto”, ele escreveu.

Não estou entre os que fazem o elogio irrestrito de uma fase da vida em que até o prefixo é traiçoeiro – sexagenário não tem nada a ver com sexo, se é que se precisa avisar. Mas também não acho que é o pior dos tempos, principalmente quando se lembra que a adolescência, tão idealizada a distância, é uma das fases mais atormentadas da existência. Nem sempre é a idade que faz a vida feliz ou infeliz, mas a cabeça, assim como o que faz mal à saúde é a doença, e não a idade.

(Zuenir Ventura, **Crônicas de um fim de século**)

16. Depreende-se do texto que o autor **não aceita** a seguinte antinomia, muito presente no senso comum:

- (A) A sabedoria dos velhos prima pela paciência, enquanto a alegria dos jovens manifesta-se pela ansiedade.
- (B) Vive-se, na adolescência, a euforia da plena felicidade, ao passo que a melancolia dá o tom definitivo à velhice.
- (C) A felicidade é um atributo do corpo jovem, mas a consciência feliz pertence ao velho experiente.
- (D) Embora não haja sexualidade na velhice, há sessentões mais felizes do que os jovens.
- (E) Somente a distância é que os adolescentes são felizes; a adolescência, vista de perto, é uma fase de tormentos.

17. É adequado o emprego de **ambas** as expressões sublinhadas na frase:

- (A) Parece que desapareceram as convicções onde a velhice era sinônimo de ser mais sábio, ou em que ser jovem era uma garantia de felicidade.
- (B) O esclarecimento em cujo a palavra sexagenário nada tem a ver com sexo é um lance de ironia com que o autor se valeu para dar leveza ao tema.
- (C) A adolescência é uma época de onde mais tarde emergirão recordações às quais nem sempre constituirão lembranças felizes.
- (D) Pode-se preferir a velhice do que a juventude, mas Bobbio assevera de que, nesse caso, não se viu a velhice de perto.
- (E) Os traumas por que tantas vezes passam os jovens são esquecidos, mas não os momentos em que lograram ser felizes.

18. Conserva-se o sentido da frase original, numa redação correta, em:

- I. *Não estou entre os que fazem elogio irrestrito de uma fase da vida* = Não me coloco dentre os que exaltam uma irreversível fase da vida.
- II. *Até o prefixo é traiçoeiro* = Mesmo o prefixo induz a equívoco.
- III. *Quem louva a velhice não a viu de perto* = Quem otimiza a velhice não consegue encará-la.

Completa corretamente o enunciado SOMENTE o que está em:

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I.
- (D) II.
- (E) III.

19. Estão corretos o emprego e a forma dos verbos na frase:

- (A) Ainda que retêssemos apenas lembranças felizes, as más lembranças não tardariam a incorrer em nossa consciência.
- (B) Se a adolescência nos provisse apenas de momentos felizes, a ninguém conviria esperar pelos bons momentos da velhice.
- (C) Se a um velho só lhe aprouver o lamento pelo tempo que já passou, caber-lhe-á algo melhor que o temor do futuro?
- (D) Costuma ser repellido o adulto experiente que intervir na conduta de um jovem desorientado para tentar ratificar o rumo de sua vida.
- (E) Sempre conviu ao homem primitivo orientar-se pela sabedoria dos anciãos, ao passo que hoje poucos idosos conseguem fazer-se ouvido.

20. Está correto o emprego de ambos os segmentos sublinhados na frase:

- (A) Juventude é, hoje, uma palavra mágica: consideramo-lhe um talismã, nela atribuímos o condão de uma chave que abre todas as portas.
- (B) Quanto ao passado, deixar-lhe em paz, pois se os dias não voltam não há como interferir-lhes.
- (C) Se há dias bons na juventude, não os queiramos emprestar um valor absoluto, pois a eles se alternaram dias infelizes.
- (D) Quanto aos jovens, poupemo-los de aconselhamentos a que não podem ou não sabem dar ouvidos.
- (E) Se é para mim escolher entre o tumulto do jovem e a serenidade do velho, prefiro esta a aquele.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. É característica do Imobilizado
- (A) ser utilizado no desenvolvimento das atividades da empresa.
 - (B) ter ligação específica com a geração de resultados futuros.
 - (C) ser formado apenas por bens não destinados à revenda.
 - (D) representar itens permanentes não ligados às atividades da entidade.
 - (E) ser transferido para o resultado somente pela depreciação.

22. Em uma operação de descontos de duplicatas, por ocasião do registro do evento, contabiliza-se o valor dos juros cobrados pela instituição financeira em
- (A) juros a pagar.
 - (B) receitas antecipadas.
 - (C) despesas financeiras.
 - (D) receitas a apropriar.
 - (E) despesas antecipadas.

23. O registro de um terreno recebido pela empresa por meio de doação tem como contrapartida
- (A) um ganho de capital.
 - (B) uma reserva de capital.
 - (C) uma receita operacional.
 - (D) uma receita eventual.
 - (E) um ganho com imobilizado.

24. Se, em um determinado período, uma empresa tem seus estoques finais avaliados e registrados por valor superior ao real, o impacto dessa ocorrência seria a empresa apurar um
- (A) lucro operacional menor.
 - (B) estoque sub-avaliado.
 - (C) resultado bruto menor que o real.
 - (D) resultado inferior ao real.
 - (E) custo da mercadoria vendida menor que o real.

Instruções: Utilize os dados abaixo para responder às questões de números 25 a 29. (Valores em reais).

A empresa Alvorada, empresa comercial, inicia suas atividades em dezembro de 2003, com o Capital Social integralmente realizado, tendo estabelecido como exercício contábil o período de janeiro a dezembro. Ao final de 2004 apresenta as seguintes Demonstrações Contábeis:

I. Balanços Patrimoniais de 2003/2004

Ativo	2003	2004
Disponibilidades	20.000	10.000
Clientes	---	180.000
Estoques	---	10.000
Terrenos	100.000	100.000
Veículos	50.000	50.000
Instalações	30.000	30.000
Depreciação Acumulada	---	(13.000)
Total do Ativo	200.000	367.000
Passivo + Patrimônio Líquido	2003	2004
Fornecedores	---	80.000
Contas a Pagar	---	10.000
Capital	200.000	200.000
Reservas	---	30.000
Lucros/Prejuízos Acumulados	---	47.000
Total do Passivo + Patrimônio Líquido	200.000	367.000

II. Demonstração do Resultado de 2004

Vendas	800.000
Custo da Mercadoria Vendida	(600.000)
Resultado Bruto Operacional	200.000
Despesas do Período	(123.000)
Resultado do Exercício	77.000

25. Para que o resultado desse exercício seja tecnicamente aceito, do ponto de vista contábil, deve ser apurado considerando as
- (A) despesas provisionadas, incorridas e antecipadas.
 - (B) despesas pagas e as receitas recebidas.
 - (C) receitas antecipadas, realizadas e recebidas.
 - (D) despesas pagas e as receitas ganhas.
 - (E) despesas incorridas e as receitas ganhas.

26. Considerando os dados fornecidos e a apuração do resultado pelo Regime de Caixa, o total das despesas do período é:
- (A) 123.000
 - (B) 113.000
 - (C) 110.000
 - (D) 100.000
 - (E) 93.000

<p>27. Valor das compras efetuadas no período:</p> <p>(A) 640.000 (B) 630.000 (C) 610.000 (D) 590.000 (E) 580.000</p>	<p>33. Conforme artigo 165, parágrafo 8º, da Constituição Federal, o texto <i>não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei expressa exceção ao princípio orçamentário da</i></p> <p>(A) Unidade. (B) Anualidade. (C) Exclusividade. (D) Especificidade. (E) Programação.</p>
<p>28. Ingresso de disponibilidades propiciado pelas receitas:</p> <p>(A) 800.000 (B) 787.000 (C) 720.000 (D) 620.000 (E) 600.000</p>	<p>34. Receita orçamentária de mutação é a receita vinculada à execução orçamentária relativa a</p> <p>(A) qualquer espécie de receita, desde que arrecadada. (B) fatos modificativos. (C) emissões de papel moeda e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros. (D) recebimento de caução. (E) cobrança da dívida ativa.</p>
<p>29. Valor pago pelos estoques no período:</p> <p>(A) 630.000 (B) 620.000 (C) 610.000 (D) 590.000 (E) 530.000</p>	<p>35. O orçamento da seguridade social deve abranger, sem exceção, as seguintes funções:</p> <p>(A) assistência social, saúde e saneamento. (B) assistência social, saúde e previdência social. (C) saúde, saneamento e trabalho. (D) saúde, educação e saneamento. (E) assistência social, educação e previdência social.</p>
<p>30. Nas demonstrações contábeis obrigatórias, os fatores que afetam a variação do Capital Circulante Líquido estão evidenciados na demonstração</p> <p>(A) de Origens e Aplicações de Recursos. (B) das Mutações do Patrimônio Líquido. (C) de Lucros/Prejuízos Acumulados. (D) dos Fluxos dos Caixas pela forma Direta. (E) de Resultado do Exercícios.</p>	<p>36. Uma licitação, nos termos da Lei nº 8666/93, por conveniência ou interesse da Administração poderá ser</p> <p>(A) revogada. (B) anulada. (C) cancelada. (D) rescindida. (E) suspensa judicialmente.</p>
<p>31. A comissão mista permanente, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar os esclarecimentos necessários à autoridade governamental responsável. O prazo para o esclarecimento inicial é de</p> <p>(A) sessenta dias. (B) trinta dias. (C) vinte dias. (D) quinze dias. (E) cinco dias.</p>	<p>37. Reverte à dotação a importância correspondente a</p> <p>(A) anulação de empenho do exercício anterior. (B) pagamento de despesas de exercício anterior. (C) anulação de empenho do exercício. (D) cancelamento do saldo de suprimento de Fundos concedido no exercício anterior. (E) saldo da dotação.</p>

<p>38. No orçamento aprovado por lei não foi prevista a cobrança da Receita da Dívida Ativa Não-Tributária e de Outras Receitas. Em sendo arrecadada essa receita referente a exercícios anteriores, esta deverá ser lançada como</p> <p>(A) Receita extra-orçamentária.</p> <p>(B) Receita patrimonial da dívida ativa.</p> <p>(C) Outras receitas.</p> <p>(D) Receitas diversas.</p> <p>(E) Receita da dívida ativa não tributária.</p>	<p>43. Os restos a pagar não processados devem ser classificados como despesa</p> <p>(A) liquidada e não paga.</p> <p>(B) empenhada em execução e não paga.</p> <p>(C) executada, com comprovação dos serviços realizados e não paga.</p> <p>(D) realizada com despacho de “pague-se”.</p> <p>(E) cujo direito do credor já foi verificado e não paga.</p>
<p>39. Os comprovantes de despesas relativas a suprimento de fundos (adiantamentos) com emendas e rasuras, poderão, excepcionalmente, ser aceitos para fins de prestação de contas, quando houver impossibilidade de obter outro que o substitua, se devidamente ressalvados pelo</p> <p>(A) diretor da unidade orçamentária.</p> <p>(B) respectivo, emitente ou signatário de onde originou o comprovante.</p> <p>(C) superior imediato do responsável pelo adiantamento.</p> <p>(D) tomador de contas.</p> <p>(E) próprio responsável pelo adiantamento.</p>	<p>44. Dentre as atividades da auditoria interna (controle interno) NÃO se inclui</p> <p>(A) propor ajustes contábeis.</p> <p>(B) auxiliar a alta administração.</p> <p>(C) efetuar revisão analítica das contas.</p> <p>(D) assegurar a fidedignidade das demonstrações contábeis.</p> <p>(E) examinar continuamente as atividades.</p>
<p>40. Não é recurso hábil para abertura de créditos adicionais:</p> <p>(A) a anulação de crédito extraordinário.</p> <p>(B) os provenientes do excesso de arrecadação.</p> <p>(C) os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.</p> <p>(D) o produto de operações de crédito autorizadas em lei.</p> <p>(E) o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.</p>	<p>45. Nos termos da Lei nº 4.320/64, a despesa orçamentária percorre, na seqüência, os seguintes estágios:</p> <p>(A) empenho, liquidação e pagamento.</p> <p>(B) fixação, empenho e pagamento.</p> <p>(C) licitação, liquidação e pagamento.</p> <p>(D) programação, empenho e liquidação.</p> <p>(E) licitação, empenho e pagamento.</p>
<p>41. Segundo a Lei Complementar nº 101/2000, a emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária constitui</p> <p>(A) dívida pública mobiliária.</p> <p>(B) refinanciamento da dívida mobiliária.</p> <p>(C) concessão de garantia.</p> <p>(D) dívida pública consolidada.</p> <p>(E) operação de crédito.</p>	<p>46. O auditor, na realização de seu trabalho, em um cliente, constata que cerca de 25%, de um valor total de R\$ 10.000.000,00, das contas de adiantamentos a despachantes aduaneiros, foram feitas indevidamente a maior, em virtude da não conciliação destas contas por parte da empresa. Tal fato apresenta-se como um erro relevante em função da magnitude em relação aos ativos da empresa. Desta forma, o auditor deve comunicar à administração da entidade</p> <p>(A) facultativamente e sugerir medidas corretivas, informando em seu parecer os possíveis efeitos, caso as medidas não sejam adotadas.</p> <p>(B) obrigatoriamente e efetuar medidas corretivas, solicitando que a empresa divulgue notas explicativas, por não se tratar de fato para parecer.</p> <p>(C) obrigatoriamente e sugerir medidas corretivas, devendo informar em seu parecer os possíveis efeitos, caso as medidas não sejam adotadas.</p> <p>(D) facultativamente e obrigá-la a proceder às medidas corretivas. Caso a empresa não o faça, não poderá emitir parecer.</p> <p>(E) opcionalmente, uma vez que não é papel do auditor elaborar ou sugerir medidas corretivas, e mencionar, obrigatoriamente, em seu parecer, essa ressalva.</p>
<p>42. Constitui nova modalidade de licitação:</p> <p>(A) Leilão.</p> <p>(B) Concessão.</p> <p>(C) Pregão.</p> <p>(D) Concurso.</p> <p>(E) Permissão.</p>	

<p>47. Normalmente, as empresas apresentam aos auditores manuais de normas e procedimentos, escritos ou em arquivo sistêmico, para confirmação e garantia de que os controles internos existem e são praticados. O teste que o auditor externo aplica para confirmar a existência do controle, na prática, é</p> <p>(A) a inspeção. (B) a observação. (C) a revisão analítica. (D) o cálculo. (E) a investigação.</p>	<p>51. São procedimentos eficientes de segregação de funções:</p> <p>(A) regular que as tarefas de controle físico dos estoques e expedição sejam atribuições do departamento de expedição. (B) delegar ao gerente financeiro ou ao diretor financeiro da entidade procuração para realizar o pagamento de todos os gastos. (C) manter a controladoria e a contabilidade independentes da tesouraria da entidade. (D) permitir ao departamento de vendas analisar e conceder crédito aos clientes. (E) autorizar o departamento de compras a efetivar os pagamentos de matérias primas.</p>
<p>48. São objetivos da auditoria interna, EXCETO:</p> <p>(A) avaliar a eficácia dos controles internos existentes na entidade. (B) levantar os sistemas de informações existentes na entidade. (C) comprovar a integridade de gerenciamento de riscos da entidade. (D) executar a implantação dos controles internos da entidade. (E) assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.</p>	<p>52. Na evidenciação de que a entidade corre riscos de descontinuidade, o auditor deve</p> <p>(A) emitir parecer adverso ou sem ressalva, dependendo do patrimônio da entidade. (B) reavaliar os ativos para aumento do Patrimônio Líquido e reversão da situação. (C) desistir do trabalho em função dos riscos do trabalho e da imagem da firma de auditoria. (D) emitir relatório determinando medidas corretivas com objetivo de vitalizar a entidade. (E) avaliar os efeitos quanto à realização dos ativos da entidade auditada.</p>
<p>49. Considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. Os testes de super-avaliação e sub-avaliação são aplicados pelo auditor com intuito de garantir que o contador da entidade aplicou o princípio do conservadorismo. II. O acompanhamento feito pelo auditor de um dos processos desenvolvido pela empresa refere-se à aplicação do teste de circularização. III. O auditor deve utilizar somente métodos de amostragem estatística, os quais garantem a qualidade do trabalho.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III. (B) I e II. (C) III. (D) II. (E) I.</p>	<p>53. Considere:</p> <p>Desde que praticável e razoável e quando o ativo envolvido for de valor <u>...I...</u> em relação à posição patrimonial e financeira e ao resultado das operações, deve o auditor acompanhar <u>...II...</u> realizado pela entidade executando os testes de <u>...III...</u> e procedimentos complementares aplicáveis.</p> <p>A afirmativa acima estará correta se I, II e III, respectivamente, forem preenchidos por:</p> <p>(A) superestimado, os relatórios contábeis e circularização. (B) inferior, o inventário físico e evidenciação contábil. (C) superior, o processo e contagem física. (D) expressivo, o inventário físico e contagem física. (E) significativo, todo o registro e amostragem estatística.</p>
<p>50. Ao efetuar a circularização de advogados, o auditor depara-se com a seguinte resposta:</p> <p>“Em resposta a vossa circularização, dentre as ações que temos em andamento contra e a favor de nosso cliente, há duas ações trabalhistas, sendo uma delas no valor de R\$ 150.000,00, com probabilidade de 70% de perda, R\$ 1.200.000,00 com probabilidade de perda de 20% e as demais ações com improvável insucesso. Informamos que o total das contingências monta em R\$ 1.550.000,00, sendo que R\$ 200.000,00 tem risco remoto de perda.”</p> <p>Assim, é correto afirmar que a empresa deveria constituir provisão trabalhista no montante de</p> <p>(A) R\$ 150.000,00. (B) R\$ 945.000,00. (C) R\$ 1.350.000,00. (D) R\$ 1.500.000,00. (E) R\$ 1.550.000,00.</p>	

Instruções: Considere o balancete a seguir para responder às questões de números 54 a 58. (Valores em reais)

Balancete de verificação de 31/12/2004

Contas	Devedora	Credora
Bancos	12.000	
Veículos	120.000	
Terrenos	135.000	
Aplicações Financeiras – Curto Prazo	122.000	
Capital Social		80.000
Receitas de Vendas		135.000
Dividendos a Pagar		23.000
Fornecedores		185.000
Depreciação Acumulada		24.000
Empréstimos de Longo Prazo		159.000
Capital Social a Integralizar	20.000	
Custo dos Produtos Vendidos – CPV	82.000	
Estoque de Matéria Prima	18.000	
Estoque de Produtos Acabados	85.000	
Despesas de Depreciação	12.000	
Total	606.000	606.000

54. Valor do capital circulante líquido no final do período:

- (A) 29.000
- (B) 52.000
- (C) 130.000
- (D) (130.000)
- (E) (29.000)

55. Índice de liquidez geral da empresa:

- (A) 1,23
- (B) 1,14
- (C) 0,93
- (D) 0,64
- (E) 0,30

56. Índice de liquidez seca:

- (A) 0,28
- (B) 0,30
- (C) 0,64
- (D) 0,93
- (E) 1,14

57. Margem líquida da empresa:

- (A) 0,24
- (B) 0,46
- (C) 0,64
- (D) 0,34
- (E) 0,30

58. Giro do ativo total:

- (A) 0,127
- (B) 0,289
- (C) 0,301
- (D) 0,304
- (E) 0,644

59. O reconhecimento de despesas de correção cambial, relativas à atualização do saldo devedor de contrato de empréstimos vencíveis após 60 meses é um evento que

- (A) não altera o nível de endividamento.
- (B) afeta o capital circulante líquido.
- (C) altera o índice de liquidez seca.
- (D) afeta os valores não circulantes.
- (E) impacta na variação das disponibilidades.

60. A apropriação da depreciação anual

- (A) altera o resultado do período e não afeta a liquidez.
- (B) não afeta o endividamento e altera a margem líquida.
- (C) gera efeito no capital circulante líquido e no endividamento global.
- (D) não altera o capital circulante líquido e altera a margem bruta.
- (E) altera o giro dos ativos e o capital circulante líquido.